

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 11.429.117/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Luce:	Luce antes da incorporação parcial da Parati	Parcela cindida da Parati	Luce após incorporação parcial da Parati	PASSIVOS	Luce antes da incorporação parcial da Parati	Parcela cindida da Parati	Luce após incorporação parcial da Parati
ATIVOS				CIRCULANTES			
CIRCULANTES				Fornecedores.....	4	5	9
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.069	2.858	3.927	Tributos e contribuições.....	1	71	72
Dividendos a receber.....	2.934	–	2.934	Outros.....	1	18	19
Tributos e contribuições a recuperar.....	627	3.728	4.355	Total dos passivos circulantes.....	6	94	100
Total dos ativos circulantes.....	4.630	6.586	11.216	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
NÃO CIRCULANTES				Capital social.....	205.199	–	205.199
Impostos diferidos.....	156	–	156	Reserva de lucros.....	224.750	–	224.750
Investimentos.....	464.115	–	464.115	Ajuste de avaliação patrimonial.....	49.186	–	49.186
Total dos ativos não circulantes.....	464.271	–	464.271	Outros resultados abrangentes.....	(10.240)	–	(10.240)
				Acervo Líquido.....	–	6.492	6.492
				Total do patrimônio líquido.....	468.895	6.492	475.387
TOTAL DOS ATIVOS.....	468.901	6.586	475.487	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	468.901	6.586	475.487

Parati:	Parati antes da cisão	Ajustes anteriores à cisão	Eliminações pertinentes à cisão	Saldo após ajustes e eliminações pertinentes à cisão	Parcela cindida para a LUCE
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa.....	7.941	–	–	7.941	2.858
Dividendos a receber.....	1.410	–	–	1.410	–
Tributos e contribuições a recuperar.....	3.728	–	–	3.728	3.728
Total dos ativos circulantes.....	13.079	–	–	13.079	6.586
NÃO CIRCULANTES					
Partic. em Control. e Coligadas					
RME – Rio Minas Participações.....	475.934	–	(475.934)	–	–
LUCE- Empreend. Participações.....	468.895	–	(468.895)	–	–
Ágio na Aquis. de Participação.....	386.259	–	–	386.259	193.130
Provisão de ágio.....	–	(386.259)	–	(386.259)	(193.130)
Total dos ativos não circulantes.....	1.331.088	–	(944.829)	–	–
TOTAL DOS ATIVOS.....	1.344.167	(386.259)	(944.829)	13.079	6.586

PASSIVOS	Parati antes da cisão	Ajustes anteriores à cisão	Eliminações pertinentes à cisão	Saldo após ajustes e eliminações pertinentes à cisão	Parcela cindida para a LUCE
CIRCULANTES					
Fornecedores.....	5	–	–	5	5
Tributos e contribuições.....	71	–	–	71	71
Outros.....	18	–	–	18	18
Total dos passivos circulantes.....	94	–	–	94	94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	1.432.910	–	(1.432.910)	–	–
Prejuízos acumulados.....	(68.761)	–	68.761	–	–
Outros resultados abrangentes.....	(20.076)	–	20.076	–	–
Provisão de ágio.....	–	(386.259)	386.259	–	–
Acervo líquido.....	–	–	12.985	12.985	6.492
Total do patrimônio líquido.....	1.344.073	(386.259)	(944.829)	12.985	6.492
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO..	1.344.167	(386.259)	(944.829)	13.079	6.586

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e empréstimos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como valor justo por meio do resultado compreendem títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e ajuste de expectativas de fluxos de caixa são reconhecidos na demonstração de resultado, enquanto as demais variações a valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Os empréstimos e recebíveis abrangem equivalentes de caixa e dividendos a receber, e outros créditos.

Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos reconhecidos inicialmente ao valor justo e são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii) Capital Social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

(c) Investimentos

A participação societária na investida Light S.A. é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

(d) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Durante o exercício de 2016, a administração não identificou evidências que pudessem identificar que seus ativos financeiros sofreram perdas em seus valores recuperáveis.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos não financeiros ao valor recuperável.

(e) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

(f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras representam tarifas bancárias e encargos financeiros.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a recuperar esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que serão aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(h) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído ao acionista controlador da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos exercícios apresentados.

(i) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(j) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs). Essa preparação exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas constantes neste relatório:

- Tributos diferidos (nota explicativa nº 6);
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 12);

(k) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas publicadas ainda não vigentes

As alterações a seguir mencionadas em normas emitidas e/ou revisadas pelo IASB entrarão em vigor a partir do exercício de 2017. Essas alterações às normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Companhia não espera ter efeitos significativos da adoção dessa norma nas demonstrações financeiras.
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes: introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessa norma nas demonstrações financeiras.
- IFRS 16 - Arrendamento Mercantil: requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessa norma nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos - conta corrente.....	20	8

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil.

	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures.....	1.676	1.127

São representados por aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 95% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (98% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 12.

5. DIVIDENDOS A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos a receber.....	–	1.312

O saldo de R\$1.312 em 31 de dezembro de 2015, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios da investida Light S.A., que foram pagos em 29 de dezembro de 2016.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	ATIVO		PASSIVO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ a compensar.....	3.642	496	–	–
IRPJ a recolher.....	–	–	22	24
CSLL a compensar.....	902	151	–	–
CSLL a recolher.....	–	–	–	14
Outros.....	6	5	20	7
Total.....	4.550	652	42	45